

Breve Panorama do Jovem no Mercado de Trabalho Brasileiro

Autor: Bruno Ranieri

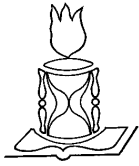
1º Semestre / 2012

Introdução

Ao analisarmos dados recentes de emprego e desemprego no Brasil, notamos uma clara diminuição das taxas de desocupação na última década, ao mesmo tempo em que vemos um aumento do percentual de empregos tanto formais quanto informais. No entanto, as taxas de desemprego ainda são quase três vezes maiores que as taxas da população adulta. Desse percentual, 51% dos desempregados brasileiros constituem-se de jovens entre 16 e 29 anos de idade, segundo dados recentes do IBGE (2008). Diante de tais fatos, o presente trabalho tem por objetivo levantar um breve panorama a respeito da situação da juventude no atual mercado de trabalho e analisar em qual lugar social o jovem se insere na sociedade brasileira.

Antes de tudo, precisamos nos debruçar a respeito da caracterização do que representa ser jovem na atualidade. Uma análise pertinente é apresentada por Maria Rita Kehl (2004) em seu artigo “A juventude como sintoma de cultura”, onde nos faz refletir sobre o seguinte dilema: quem não se considera jovem hoje em dia? Juventude sempre foi um conceito elástico e de difícil precisão, dependendo da perspectiva pode variar de algo entre 16 e 40 anos e pode significar tanto um estado de espírito, como determinadas características fenotípicas, ou um sinal de saúde e disposição, ou mesmo um perfil de consumidor, uma fatia de mercado.

Para a autora, nos tempos atuais, deixar de ser jovem é uma situação humilhante, dessa forma o indivíduo parece estender ao máximo este período, de tal maneira que a passagem da juventude é direta para a velhice, deixando vazio o lugar que deveria ser ocupado pelo adulto. No entanto, o prestígio da juventude é recente. Kehl (2004) mostra que o Brasil na década de 1920 era uma paisagem de velhos, os moços não tinham função, nem destino. A época não suportava mocidade. Dessa forma, na primeira metade do século XX, todo moço tinha pressa de ostentar respeitabilidade e seriedade. Um jovem de 25 anos, por

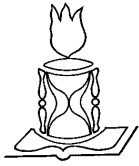


exemplo, já se portava e se vestia como os homens de 50 e não como os rapazes de 18 anos, ou seja, “homens e mulheres eram mais valorizados ao ingressar na fase produtiva/reprodutiva da vida do que quando ainda habitavam o limbo entre a infância e a vida adulta chamada de juventude ou, como se tornou hábito depois da década de 1950, de adolescência” (KEHL, 2004, p. 90). Desde essa época até os dias atuais, ser jovem deixa de representar certa obscuridade culposa e obediente, recheada por discursos médicos e morais, para se transformar em uma faixa da população privilegiada pela indústria cultural.

É interessante notar que a extensão da juventude em certos países tem uma origem e uma história especialmente marcadas pela modernização e pela industrialização. Para grande parte da sociedade, o conceito de juventude significa a incompatibilidade entre a maturidade sexual e o despreparo para o casamento, ou também o hiato entre a plena aquisição das capacidades físicas do adulto com a falta de maturidade intelectual e emocional para o pleno ingresso em postos de trabalho. Assim, a somatória do aumento progressivo do período de formação escolar, da alta competitividade do mercado de trabalho e da escassez de empregos, obriga o jovem adulto a viver por mais tempo nessa condição de “jovem”, dependente da família e apartado de maiores responsabilidades da vida pública.

Por outro lado, e justamente devido a esta condição, o jovem passa a ser visto pela economia capitalista como uma fatia de mercado. Ser jovem passa então a ser *slogan*, clichê publicitário, imperativo categórico, transformando-se em um poderoso exército de consumidores livres dos freios morais e religiosos de outrora. Para Maria Rita Kehl (2004), a associação entre juventude e consumo favoreceu o florescimento de uma “cultura jovem” altamente hedonista. O que antes era tido como imaturo, desajeitado e infantil, agora passa a ser visto, na realidade, como conceito de beleza, liberdade e sensualidade. O jovem, dessa forma, passa a desfrutar de todas as liberdades da vida adulta, mas é poupado de quase todas as responsabilidades.

Apesar da análise acima, ainda é preciso, também, ressaltar o cuidado com o emprego de tais termos. Como nos aponta Pierre Bourdieu (1983, p. 112), a definição do termo “juventude” deve ser analisada como um constructo social e histórico, ou dito em outros termos, juventude não passa de uma palavra, “falar de jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar esses interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente” (BOURDIEU, 1983, p. 113). Ou seja, o sociólogo francês vem nos lembrar que as divisões entre as idades são arbitrárias, somos sempre jovens ou velhos em relação a alguém. É necessário compreender os cortes etários ou geracionais como resultados, e não como



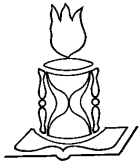
pressupostos de leis específicas de envelhecimento em diferentes campos. Assim “jovem” e “adulto” são também constituições sociais dotadas de limites etários variáveis, especialmente analisando as regras vigentes no mercado de trabalho, como nos aponta Nadya Guimarães (2004). Dessa maneira, por exemplo, um jogador de futebol pode ser considerado um velho aos 30 anos, enquanto um cirurgião em tal idade seria considerado “jovem”.

Portanto, o conceito de juventude é reflexo das regras estabelecidas nos diferentes campos. No entanto, a caracterização do conceito dentro de um mesmo campo também não é unívoca. Juventude, por exemplo, do ponto de vista do mercado de trabalho, pode ser vista de diferentes maneiras, em distintas formas de socialização profissional, relativas aos diferentes grupos de jovens que podem variar conforme sua origem social, regional, étnica ou de gênero. Da mesma forma espera-se que estas “juventudes” possuam diferentes percepções, representações e aspirações.

Juventude e precarização do trabalho

Feitas tais ressalvas, e no que pese uma melhor definição sobre o conceito de juventude, seu caráter histórico e multidimensional, o recorte etário que compreende a idade entre 16 e 29 anos é a parcela da população mais afetada pelo desemprego estrutural e pela precarização do trabalho. Isso ocorre, quer seja pelo constrangimento no ingresso e progresso profissional - visto a preferência dos empregadores por mão de obra experiente, na maioria das vezes renegando o jovem à força de trabalho secundária e menos valorizada -, quer seja pela incapacidade da economia em realizar a transição do sistema escolar para o mercado de trabalho.

Portanto, a faixa etária é um fator relevante nas análises sobre mercado de trabalho. Obviamente, existem variações em função de diferenças de classe e renda familiar, variável esta responsável pelas principais desigualdades entre os jovens. Associadas ainda às diferenças e desigualdades raciais, de gênero e de escolaridade, traduzem-se em desigualdades na relação com o mercado de trabalho. Por conseguinte, resultam em maior ou menor pressão para entrada e permanência no mesmo, podendo ocasionar antecipação da transição escola-trabalho e desigualdades no acesso a uma vaga de trabalho mais valorizada. Além disso, independentemente das especificações de classe, raça ou gênero, as sociedades capitalistas, como vimos, impõem, especialmente no universo juvenil,



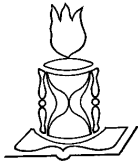
padrões de consumo que repercutem na forma, cada vez mais instrumental, como o jovem se relaciona com o universo do trabalho.

Antes de analisarmos os dados recentes a respeito do jovem no mercado de trabalho brasileiro, precisamos de uma segunda ressalva. Esta agora focar-se-á não mais na definição e nuances do conceito de juventude, mas na tese da categoria trabalho como elemento estruturante da sociedade.

Muitos autores defendem a tese de que, diante de profundas transformações ocorridas nas últimas décadas - tais como mudanças nas estruturas ocupacionais e na natureza hierárquica das funções, aumento do desemprego, inovações tecnológicas e organizacionais no processo de trabalho -, estaríamos vivenciando o fim do trabalho, ou seja, de que tal conceito não mais explicaria a dinâmica das sociedades, ao contrário do que se defende na sociologia clássica. No entanto, como nos aponta Ricardo Antunes e Giovanni Alves (2004), apesar de constatarmos uma redução do proletário estável, herdeiro do fordismo/taylorismo, há contrariamente um aumento significativo do trabalho precarizado e do novo trabalho fabril: são os trabalhadores terceirizados, subcontratados, entre tantas outras formas que se espalham pelo planeta. Além disso, o trabalho feminino tem sido absorvido cada vez mais pelo capital, também preferencialmente na sua forma precarizada. Por fim, verifica-se uma extraordinária expansão dos assalariados médios no “setor de serviços”, que incorporou imensas parcelas de trabalhadores expulsos do mundo produtivo industrial como resultado do amplo processo de reestruturação produtiva das políticas neoliberais.

(...) com a inter-relação crescente entre mundo produtivo e setor de serviços, vale enfatizar que, em consequência dessas mutações, várias atividades no setor de serviços anteriormente consideradas improdutivas tornaram-se diretamente produtivas, subordinadas à lógica exclusiva da racionalidade econômica e da valorização do capital. Uma consequência positiva dessa tendência foi o significativo aumento dos níveis de sindicalização dos assalariados médios, ampliando o universo dos trabalhadores(as) assalariados(as), na nova e ampliada configuração da classe trabalhadora. (ANTUNES e ALVES, 2004, p. 339).

No que tange a este artigo, Antunes e Alves apontam a tendência crescente de exclusão dos jovens que atingem a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectivas de emprego, acabam engrossando as fileiras do trabalho precarizado. A importância para o jovem em relação ao emprego e ao trabalho é tamanha que pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, denominada “Perfil da Juventude Brasileira”, de 2004, mostrou que entre os assuntos que mais mobilizam os jovens está a temática do



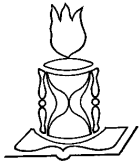
emprego, em detrimento de temas como cultura, relacionamentos amorosos, família, religião, sexualidade, AIDS, drogas, violência ou esportes. Tal interesse apontado na pesquisa independe de o jovem estar ou não empregado, ou das faixas de escolaridade e renda familiar às quais pertence. (GUIMARÃES, 2004)

No caso brasileiro, especialmente na década de 1990 e início dos anos 2000, além da reestruturação produtiva e do desemprego estrutural, ao adentrar na nova ordem mundial e no chamado neoliberalismo, o país acompanhou uma crescente liberalização comercial, uma desregulamentação do setor financeiro e uma reformulação do papel do Estado. Tais medidas impactaram negativamente a taxa de crescimento do PIB com reflexos na taxa de desemprego atingindo níveis inéditos. Em 2003, por exemplo, a taxa de desemprego atingiu mais de 12%. Segundo estudos, este contexto de baixo crescimento econômico não foi capaz de gerar postos de trabalho em quantidades e qualidade que a PEA (população economicamente ativa) exigia.

Obviamente, o emprego acompanha a tendência geral do comportamento da macroeconomia, ou seja, as taxas de desemprego aumentam em períodos de crise da dinâmica econômica. No entanto, o mercado de trabalho não reage de maneira homogênea em resposta a tais contextos. Como nos mostra Araújo e outros autores (2010), existe um subgrupo para o qual a intensidade ou a direção dos efeitos econômicos parece ocorrer de forma diferenciada: os jovens. Como bem apontam os autores, nos anos 1980 e 1990 no Brasil observou-se uma tendência de desemprego entre os jovens em função das transformações econômicas e sociais vivenciadas pelo país. Contudo, quando a economia voltava a se recuperar, o volume de jovens desempregados diminuía em proporção menor em relação ao volume dos adultos desempregados. A partir de 2004, por exemplo, quando a economia passa a recuperar fôlego, não houve registros de diminuição das taxas de desemprego entre eles, houve apenas sua estabilização (ARAÚJO *et al.*, 2010, p. 31).

Por fim, como podemos observar, a categoria jovem (compreendida na idade de 16 a 29 anos) representa um setor que está exposto a um gigantesco assédio da indústria cultural para o consumo de bens e serviços. Toda uma “cultura jovem” incentiva cada vez mais a satisfação e a realização pessoal através da aquisição de mercadorias. Nesse sentido, uma das grandes preocupações do jovem está relacionada à busca pelo emprego e renda.

É sobretudo enquanto um fator de risco, instabilizador das formas de inserção social e do padrão de vida, que o trabalho se manifesta como demanda urgente, como necessidade, no coração da agenda para uma parcela significativa da juventude brasileira. Ou, de outra forma, é por sua



ausência, por sua falta, pelo não trabalho, pelo desemprego, que o mesmo se destaca. (GUIMARÃES, 2005, p.159).

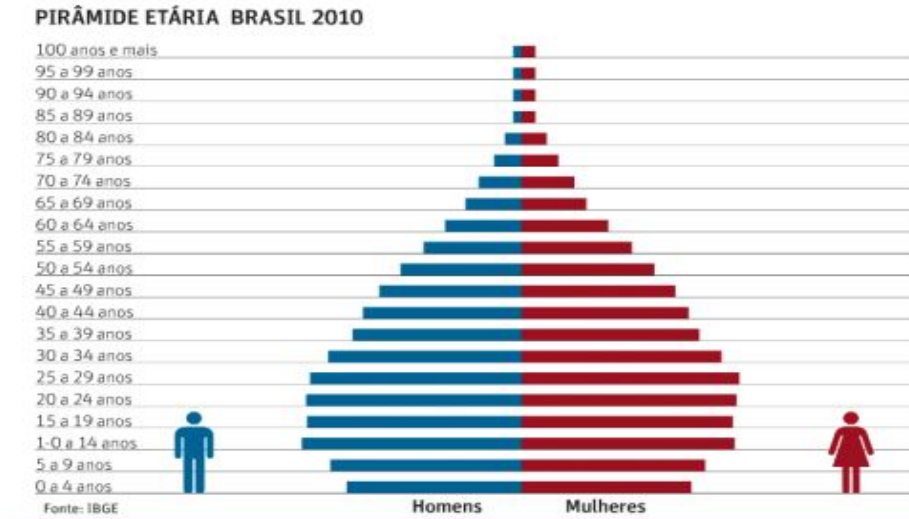
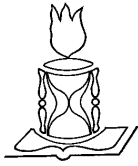
Por sua vez, o diagnóstico aponta para as enormes dificuldades dos jovens em conseguir uma ocupação, principalmente em obter o primeiro emprego dada a demanda por experiência e qualificação. Dessa forma, o mercado de trabalho resiste em oferecer vagas ao setor juvenil, disponibilizando, em grande medida, subempregos ou empregos precários.

Para ilustrarmos a situação juvenil, veremos a seguir como se encontra o cenário brasileiro em relação à juventude e ao mercado de trabalho.

O Cenário Brasileiro

Apesar de dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) indicarem que a população juvenil com idade entre 15 e 24 anos cresceu levemente acima da população geral de 1995 a 2005, a proporção de jovens em relação ao restante da população ainda é de um jovem para cada 5,3 brasileiros. Em 2007, segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad/IBGE), o Brasil possuía cerca de 50,2 milhões de jovens entre 15 e 29 anos o que correspondia a 26,4% da população. Por mais que esse contingente fosse, então, maior do que fora nas últimas décadas, percebe-se uma ligeira queda em relação a 2006 quando o contingente era de 51,2 milhões de pessoas. Esta redução confirma uma mudança na distribuição dos diversos grupos etários do conjunto da população.

Segue abaixo a pirâmide etária de 2010 divulgada pelo IBGE com base no senso do mesmo ano, na qual se percebe certa contração do número de jovens. No entanto, tal redução não diminui a importância numérica deste segmento.



Fonte: IBGE

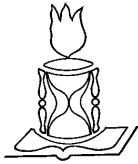
Em relação ao mercado de trabalho, por mais que ao longo de 20 anos a base da pirâmide tenha se alargado cada vez mais, ou seja, a população jovem tenha crescido até meados de 2006, um dado interessante apontado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) nos mostra que ao longo de dez anos, de 1997 a 2007, a taxa de atividade da população juvenil se manteve praticamente inalterada.

Participação dos jovens no mercado de trabalho, segundo sexo e faixa etária – 1997 e 2007
 (Em %)

Faixa etária	1997				2007			
	Ocupado	Desocupado	Inativo	Taxa participação	Ocupado	Desocupado	Inativo	Taxa participação
Homens/mulheres								
15 a 29 anos	59,1	8,3	32,5	67,5	59,9	9,7	30,3	69,7
15 a 17 anos	37,7	8,2	54,1	45,9	30,1	8,9	61,0	39,0
18 a 24 anos	62,6	9,6	27,7	72,2	62,7	11,4	25,8	74,2
25 a 29 anos	71,6	6,5	21,9	78,1	74,8	7,4	17,4	82,6
Homens								
15 a 29 anos	73,1	8,0	18,6	81,1	70,6	8,2	21,2	78,8
15 a 17 anos	48,3	8,6	43,0	56,9	37,8	8,4	53,7	46,2
18 a 24 anos	76,8	9,2	14,0	86,0	73,9	9,8	16,3	83,7
25 a 29 anos	88,8	5,6	5,5	94,4	87,5	5,7	6,7	93,2
Mulheres								
15 a 29 anos	45,5	8,7	45,9	54,1	49,4	11,2	39,4	60,6
15 a 17 anos	27,0	7,7	65,2	34,8	22,0	9,4	68,6	31,4
18 a 24 anos	48,6	10,0	41,3	58,7	51,4	13,1	35,4	64,6
25 a 29 anos	55,5	7,2	37,2	62,8	62,9	9,6	27,4	72,6

Fonte: Pnad/IBGE.

Elaboração: Diretoria de Estudos Sociais (Disoc/Ipea).



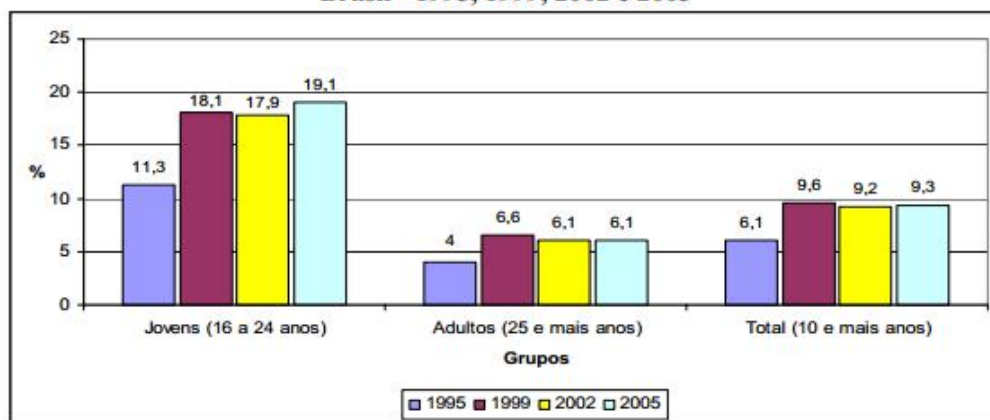
Segundo a tabela acima percebemos que houve significativa alteração da faixa de idade entre 15 e 17 anos, com significativa diminuição da participação desse setor no mercado de trabalho. Tal fato pode significar uma prorrogação na entrada do mercado de trabalho, devido à permanência na escola para o aumento nos níveis de escolarização e para obtenção de diplomas, tendo em vista galgar melhores postos de trabalho. Por outro lado, maior escolarização não significa automaticamente melhor posição no mercado, pois a oferta de mão de obra qualificada segue a demanda por tais profissionais. Sabendo-se que a população jovem somente cresceu no mesmo período, podemos, então, inferir que as taxas de participação da população juvenil no mercado de trabalho diminuiriam consideravelmente, o que não significa dizer que a demanda do jovem pelo emprego tenha decrescido.

Dentro desse espectro de participação, podemos agora analisar a inserção desses jovens no mercado de trabalho. Como já foi apontado, uma das maiores inquietações da juventude refere-se à restrição do acesso à oportunidade de empregos. Com efeito, eles representam, segundo informações da Pnad/IBGE, o setor substancialmente mais prejudicado pela baixa oferta do mesmo. Em 2007, por exemplo, o desemprego entre jovens era cerca de 2,9 vezes maior do que de adultos. A taxa de desemprego dos primeiros era de 14%, enquanto dos segundo de 4,8%. Obviamente, tal constatação deve levar em conta, além da baixa oferta, o nível alto de rotatividade entre os trabalhadores jovens. (ANDRADE, 2008, p. 37).

Outro dado interessante pode ser visto através de pesquisa feita pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) com dados do IBGE a respeito da participação dos jovens no mercado de trabalho. No gráfico a seguir (DIEESE & MTE, 2007), podemos verificar as discrepâncias nos níveis de emprego entre jovens e adultos ao longo do período citado. Segundo estudo de Pochmann (2007), os dados de 2005 indicam que a quantidade de jovens desempregados era de quase 107% superior a de 1995, enquanto o desemprego para a população economicamente ativa restante do país era de 90,5% superior nos últimos dez anos.



GRÁFICO 01
Taxas de Desemprego Aberto para Jovens (16 a 24 anos),
Adultos (25 anos e mais) e Total (10 e mais anos)
Brasil - 1995, 1999, 2002 e 2005



Fonte: PNAD/IBGE, 1995, 1999, 2002 e 2005

Após analisarmos o nível de emprego e desemprego resta-nos verificar a qualidade dos mesmos. Normalmente, também como mencionamos, restam à juventude as piores inserções no mercado, cujas exigências de qualificação são menores. Ainda segundo dados da Pnad/IBGE de 2007, à medida que a idade avança constatam-se trabalhadores com melhores ocupações, conforme demonstra a próxima tabela (Posição na ocupação – 1997 e 2007).

Os dados indicam que conforme a idade avança maior é a quantidade de trabalhadores com carteira assinada, ou de empregadores ou de servidores públicos. Enquanto em 2007, 6,4% dos jovens de 15 a 17 anos possuíam carteira assinada, esse percentual sobe para 48% entre aqueles de 25 a 29 anos. Andrade (2008) apontou que as trajetórias ocupacionais dos jovens têm sido marcadas por incertezas, ocupando muitas vezes ofertas de empregos que aparecem – normalmente de curta duração e baixa remuneração – o que deixa pouca possibilidade de progressão na carreira. Além disso, vale ressaltar a alta de formalizações de emprego no decorrer dos anos de 1997 e 2007.



Posição na ocupação – 1997 e 2007
(Em %)

	Faixa etária	1997	2007
Trabalhador com carteira	15 a 29 anos	35,8	42,3
	15 a 17 anos	16,7	6,4
	18 a 24 anos	38,4	44,9
	25 a 29 anos	40,7	48,4
Trabalhador sem carteira	15 a 29 anos	31,6	31,5
	15 a 17 anos	45,3	56,0
	18 a 24 anos	33,0	32,8
	25 a 29 anos	23,5	23,5
Trabalhador por conta-própria	15 a 29 anos	13,2	11,4
	15 a 17 anos	6,4	7,5
	18 a 24 anos	11,4	9,6
	25 a 29 anos	18,7	14,7
Empregadores	15 a 29 anos	1,5	1,4
	15 a 17 anos	0,1	0,1
	18 a 24 anos	0,9	0,8
	25 a 29 anos	2,8	2,5
Não remunerados	15 a 29 anos	14,0	10,1
	15 a 17 anos	31,4	30,0
	18 a 24 anos	12,6	9,4
	25 a 29 anos	8,0	5,9
Servidor público	15 a 29 anos	3,9	3,2
	15 a 17 anos	0,0	0,0
	18 a 24 anos	3,5	2,4
	25 a 29 anos	6,2	5,0

Fonte: Pnad/IBGE.

Elaboração: Diretoria de Estudos Sociais do Ipea (Disoc/Ipea).

Também nesse período de dez anos podemos verificar que os rendimentos médios dos jovens mantiveram-se praticamente inalterados, conforme tabela abaixo, ou seja, aumentando a desigualdades de renda entre as varias idades. O caso torna-se ainda pior quando observamos as diferenças de gênero e cor da pele. Piores são as rendas das jovens mulheres e negras.



Rendimentos médios reais recebidos no mês pelo trabalho principal, segundo sexo, faixa etária, e raça/cor – 1997 e 2007

(Em R\$ de agosto 2007)¹

Faixa etária	1997	2007
Homens/mulheres		
15 a 17 anos	263,33	264,31
18 a 24 anos	529,24	521,88
25 a 29 anos	818,30	766,53
Homens		
15 a 17 anos	281,27	283,34
18 a 24 anos	569,71	555,52
25 a 29 anos	905,05	832,41
Mulheres		
15 a 17 anos	233,93	233,46
18 a 24 anos	464,39	471,97
25 a 29 anos	676,36	674,49
Branca		
15 a 17 anos	308,48	301,61
18 a 24 anos	643,78	616,20
25 a 29 anos	1.028,92	953,24
Negra		
15 a 17 anos	224,49	237,51
25 a 24 anos	414,32	444,96
25 a 29 anos	589,96	607,69

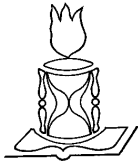
Fonte: Pnad/IBGE.

Elaboração: Diretoria de Estudos Sociais do Ipea (Disoc/Ipea).

Nota: ¹ Deflator: Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC).

A renda familiar é outro componente importante nas análises. Segundo dados de Pochmann (2007), quanto menor a renda familiar do jovem, maior é o desemprego juvenil e maior é a taxa de atividade do mesmo. Segundo dados coletados em 2005, dentre os jovens em famílias de baixa renda, 74% deles eram ativos no mercado de trabalho, sendo que destes 20% estavam desempregados. Já nas famílias com maior renda (acima de três salários mínimos mensais per capita), 65% eram ativos no mercado e somente 9% eram desempregados.

Além da renda, a escolarização também se configura como um dado significativo. No Brasil, a educação é vista como o elemento mais importante para a conquista de melhores postos de trabalho. Nos últimos anos, assistimos a um aumento na quantidade de jovens que estudam. Isso, porém, não implicou uma redução nas taxas de atividade juvenil. Observando a tabela abaixo (ANDRADE, 2008), veremos que apenas uma parcela muito pequena de jovens se mantém somente estudando após os 17 anos.



Condição de atividade e de estudo por sexo e faixas etárias em 2007
(Em %)

Faixa etária	Só estuda	Estuda e trabalha	Só trabalha	Não trabalha nem estuda
Homens/mulheres				
15 a 29 anos	20,2	15,1	44,8	19,7
15 a 17 anos	60,3	21,8	8,29	9,5
18 a 24 anos	14,47	16,4	46,32	22,8
25 a 29 anos	3,4	8,9	65,8	21,7
Homens				
15 a 29 anos	18,0	16,7	53,8	11,3
15 a 17 anos	54,8	26,4	11,3	7,3
18 a 24 anos	12,2	17,5	56,1	13,8
25 a 29 anos	2,2	8,8	78,6	10,2
Mulheres				
15 a 29 anos	22,4	13,4	35,9	28,1
15 a 17 anos	66,0	17,0	5,0	11,9
18 a 24 anos	16,7	15,0	36,3	31,8
25 a 29 anos	4,4	9,1	53,8	32,5

Fonte: Pnad/IBGE.

Elaboração: Diretoria de Estudos Sociais do Ipea (Disoc/Ipea).

Estes dados indicam que quando o jovem busca elevar sua escolaridade, o faz combinando estudo com trabalho. Na realidade, a renda gerada pelo trabalho é que provavelmente custeará a sequência dos estudos. Tal dado insere-se numa discussão mais ampla a respeito do baixo oferecimento de vagas por universidades públicas e o aumento do sistema privado de ensino superior.

Outro dado interessante é a alta quantidade de jovens que não estão inseridos nem no mercado de trabalho e nem na escola: 19,7% daqueles entre 15 e 29 anos. Por outro lado, nota-se maior participação feminina na escolarização e no trabalho. Pode-se ver que elas estão mais presentes na escola, porém sempre possuem índices menores em relação à inserção no mundo do trabalho. Além disso, ainda existe uma diferença grande na quantidade de mulheres que não estudam e não trabalham em relação aos homens. Muito desse percentual pode ser explicado pelo fato de uma quantidade grande de mulheres ainda abandonar os estudos e o trabalho para cuidar das tarefas domésticas. Segundo dados da Pnad/IBGE (2007), 11,9% das mulheres de 15 a 17 anos estão nessa situação; já entre mulheres na faixa de 18 a 29 anos, a porcentagem passa dos 30%. Contudo, essa é uma tendência decrescente. Segundo os mesmo dados, há um aumento do número de mulheres que não abandonam o mercado de trabalho, ou acabam por retornar depois do casamento e



da maternidade. Além disso, famílias chefiadas por mulheres passaram de 24,9% em 1997, para 33% em 2007.

Como pudemos observar pelos dados levantados, a situação brasileira referente ao jovem no mercado de trabalho é alarmante. Percebemos que apesar da população jovem de 16 a 29 anos representar uma ampla parcela da sociedade brasileira (26,4%), os mesmos encontram, em geral, grandes dificuldade de inserção no mercado de trabalho, se deparando com altos níveis de desemprego. Além disso, essa inserção muitas vezes está relacionada com empregos precários ou de remuneração inferior. Diferenças de renda familiar, gênero e raça são elementos que também afetam em muito a análise. Quanto maior for a renda familiar menor a taxa de desemprego, menor ainda se considerarmos o jovem homem e branco. Além disso, observamos uma grande parcela de jovens que conciliam trabalho e estudo. No entanto, as deficiências do sistema de ensino e a saturação do mercado de trabalho em determinadas áreas acabam por frustrar expectativas de parcelas significativas de jovens, configurando uma crise na transição do sistema educacional para a esfera trabalhista.

Por fim, como podemos analisar, o jovem encontra-se numa situação complicada, ao mesmo tempo em que existe uma grande expectativa e uma enorme pressão para que se insira no mercado de trabalho, a dinâmica econômica atual não é das mais alentadoras. Ainda que os índices de empregos formais tenham melhorado, faltam programas e ações mais eficazes no campo das políticas públicas para melhorar a atual situação da juventude brasileira.

Referências

ANDRADE, Carla Coelho. (2008). Juventude e Trabalho: alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo. *Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise*, novembro de 2008, nº 37, p. 25-30. Disponível em:

<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BA72BFE670D28/bmt_37.pdf>

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. (2004). As mutações no Mundo do trabalho. *Educação & sociedade*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/agosto de 2004.



ARAUJO, Cristina de; et al. (2010). A condição do jovem no mercado de trabalho brasileiro: uma análise comparativa entre emprego e primeiro emprego (1999-2009). *Economia & Tecnologia*, Curitiba, Vol. 23, outubro/dezembro de 2010.

BOURDIEU, Pierre. (1983). A juventude é apenas uma palavra. In:_____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: MarcoZero. (entrevista a Anne-Marie Métailié, publicada em *Les Jeunes et le premier emploi*, Paris, Association des Ages, 1978). Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/16677551/Pierre-Bourdieu-A-Juventude-e- apenas- uma- palavra>>

DIEESE & MTE (Ministério do trabalho e Emprego). (2007). *Características da Participação dos Jovens no Mercado de Trabalho e Elementos para Políticas Públicas*. Brasília: MTE. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BA70D55BE49BC/sumario_2009_TEXTOV5.pdf>

GUIMARÃES, Nadya Araujo. (2004). Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil. In: ABRAMO, Helena & BRANCO, Pedro (orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Perseu Abramo.

KEHL, Maria Rita (2004). A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, Regina & VANNUCHI, Paulo (orgs.). *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Perseu Abramo.

PNAD/IBGE. 2007 e 2008. *Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios*. IBGE.

POCHMANN, Marcio. (2007). *Situação do jovem no Mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos*. São Paulo, fev. de 2007. Disponível em: <http://www.emater.mg.gov.br/doc/intranet/upload/TRANSFORMAR_LEITURA/situa%C3%A7%C3%A3o_do_jovem_no_mercado_de_trabalho.pdf>